

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São  
2 João – CBHLSJ. Ao terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às  
3 dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*), tendo como  
4 pauta os seguintes assuntos: **1. Aprovação da minuta de Resolução que “Cria o**  
5 **Grupo de Trabalho de Pesca de Barragem da Laguna de Araruama no âmbito da**  
6 **Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura”;** **2. Aprovação da minuta de Resolução**  
7 **que “Cria o Grupo de Trabalho de Gancheiros da Laguna de Araruama no âmbito**  
8 **da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura”;** **3. Aprovação da minuta de**  
9 **Resolução que “Aprova recursos financeiros do CBHLSJ no montante máximo de**  
10 **até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para Contratação de Serviço de Pessoa Jurídica**  
11 **para Realização de Locação Georreferenciada das Margens do Rio Una e de seus**  
12 **Afluentes - Região Hidrográfica VI”;** **4. Aprovação da minuta de Resolução que**  
13 **“Aprova a disponibilização de recursos financeiros no montante de R\$ 350.000,00**  
14 **(trezentos e cinquenta mil reais), para Projeto de Reflorestamento em área da**  
15 **nascente da Bacia do Rio São João”;** **5. Aprovação da minuta de Resolução que**  
16 **“Aprova a execução do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água dos**  
17 **Corpos Hídricos da RH VI, no montante de R\$ 615.302,88 (seiscentos e quinze mil**  
18 **trezentos e dois reais e oitenta e oito centavos)”;** **6. Aprovação da minuta de**  
19 **Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ**  
20 **para o aluguel de sala para utilização como sede do Comitê”;** **7. Nova eleição para**  
21 **a Diretoria do Subcomitê do Rio São João;** **8. Informe sobre a Diretoria do**  
22 **Subcomitê Lagoa de Araruama;** **9. Contratação emergencial de analista técnico**  
23 **para apoio de elaboração de Termo de Referência – TR;** **10. Assuntos Gerais.** Onde  
24 compareceram os seguintes representantes, conforme comprovação de presença: Sra.  
25 Mariana Botelho (FIPERJ); Sr. Arthur Barroso (SEDEC-RJ); Sra. Keila Ferreira  
26 (Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios); Sr. Marcos Felipe Vargas (Prefeitura  
27 Municipal de Cabo Frio); Sr. João Paulo Arruda (Prefeitura Municipal de Iguaba  
28 Grande); Sr. Murilo Balbino Valgueiro (Prefeitura Municipal de Rio Bonito); Sr. Mário  
29 Flávio Moreira (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Sr. Arnaldo Villa Nova  
30 (Associação Viva Lagoa); Sra. Michele Maria de Souza (AMEAS); Sra. Edna Calheiros  
31 (AMEAS); Sra. Rafaela de Carvalho Siqueira (Associação Raízes); Sr. Judson da Cruz  
32 Lopes (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sra. Sandra Bárbara  
33 (IPEDS); Sra. Margoth Silvana Cardoso (OAB-Iguaba Grande); Sr. Eduardo Gomes  
34 Pimenta (UVA); Sra. Nathalia Bragança (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr.  
35 Francisco da Rocha Guimarães Neto (APAAPP); Sr. Leandro Coutinho (Colônia Z-  
36 29/Iguaba Grande); Jorge Mello (ALA); Irene Mello (ALA); Ricardo Guadagnin  
37 (FIRJAN); Sr. Fábio Vinícius Feitosa (TOSANA); Sra. Sthephani Brunetti (AGRISA);  
38 Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sr. Nelson Ferreira da  
39 Costa (ITOGRASS); Sra. Adriana Saad (CILSJ); Sra. Marianna Cavalcante (CILSJ);  
40 Sra. Jéssica Berbat (CILSJ); Sra. Samara Miranda (CILSJ); Sr. Jorge Ferreira  
41 (EMATER-RIO); Sr. Marco (ITOGRASS); Sra. Daniele Catanhêde (Pescarte-AC); Sra.  
42 Mariana (Pescarte-RO); Sra. Olga Maria (PEA Pescarte-AC); Sra. Angeline Lopes  
43 (Pescarte-CF); Sr. Daniel Arrebola (Associação Raízes); Sr. Augusto Pascoal (NEA-  
44 BC); Sr. Davi Ohana (NEA-BC); Márcio Cardoso (OAB-Iguaba Grande); Sr. Santoro  
45 (ouvinte); Sra. Joanita Carmem (ouvinte). O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo  
46 Pimenta, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, questionou o  
47 motivo pelo qual a aprovação de Ata de reunião anterior não foi incluída na pauta da  
48 reunião. A Sra. Jéssica Berbat, do CILSJ, esclareceu que por se tratar de uma Plenária  
49 Extraordinária, não estava previsto aprovação de Ata na pauta. Abordou-se, então, a

50 aprovação da minuta de Resolução que “cria o Grupo de Trabalho de Pesca de  
51 Barragem da Laguna de Araruama no âmbito da Câmara Técnica de Pesca e  
52 Aquicultura”. Ao final da leitura da minuta, a Sra. Adriana Saad elucidou que a pesca de  
53 barragem é uma atividade muito antiga, conhecida popularmente na laguna de  
54 Araruama como pesca de correnteza, regulamentada através da INI MPA/MMA  
55 n°02/2013, e consiste na colocação de apetrechos de arrasto fixo durante o período em  
56 que o camarão faz migração. O Sr. Leandro Coutinho complementou que tal atividade  
57 ocorre na totalidade da área 1 e no limite da área 1 com a área 2. Destacou que é de  
58 suma importância que esses pescadores estejam organizados para que não sejam  
59 afetados pelo o início das obras de dragagem da laguna. O Sr. Fernando Barbosa, do  
60 Clube Náutico de Araruama, questionou qual era motivação para criação do Grupo de  
61 Trabalho – GT, e se haveria algum aporte financeiro para este. O Sr. Eduardo Pimenta  
62 respondeu que era um desdobramento da atuação ativa e efetiva da Câmara Técnica de  
63 Pesca e Aquicultura – CT Pesca, ao longo de seus mandatos, buscando a melhor gestão  
64 dos conflitos e da melhor distribuição dessa atividade. Completou que o ordenamento e  
65 a normatização da mesma vinham de encontro com às questões ligadas à Capitania dos  
66 Portos, como a seguridade da navegação. O Sr. Leandro Coutinho reiterou que os  
67 pescadores de barragem precisavam estar organizados, visto que a área em que eles  
68 pescam é uma área estratégica para os pescadores que atuam no interior da laguna, pois  
69 é onde passa todo o estoque pesqueiro. A Sra. Adriana Saad interou que, em termos de  
70 ordenamento pesqueiro, a pesca de barragem, assim como a pesca de gancho, foi  
71 ordenada há muito tempo e estava legalizada desde 2013. Entretanto, somente agora  
72 foram formadas suas respectivas associações, com o objetivo de se organizarem, tendo  
73 em vista que apenas um número limitado de pescadores poderiam praticar tais  
74 atividades na laguna de Araruama. Posto isso, informou que a ideia era incluí-los na CT  
75 Pesca em forma de comissão, no entanto, como o Regimento Interno do CBHLSJ não  
76 previa a criação de “comissões”, optou-se pela criação de um GT. Possibilitando, assim,  
77 a participação desses pescadores no Comitê e promovendo o fortalecimento do setor.  
78 Concluiu que, inicialmente, não haveria nenhum aporte financeiro. A Sra. Dalva  
79 Mansur atentou que GT possui caráter temporário, sendo assim, já que era um caso de  
80 representatividade como Associação, os mesmos deveriam se inscrever no Comitê como  
81 usuários de água. O Sr. Eduardo Pimenta aludiu que a tendência era a inscrição dessas  
82 instituições no Comitê. Porém, não poderiam fazer essa inscrição agora porque,  
83 segundo Regimento Interno do CBHLSJ, é necessário que a instituição tenha dois anos  
84 de atuação. Reforçou que a Capitania dos Portos tem dado uma atenção especial na  
85 organização dos apetrechos, visando à garantia da segurança nos canais de navegação.  
86 Além disso, há uma tendência dos pescadores dos diversos tipos de apetrechos se  
87 organizarem em associações e grupos para garantirem os seus direitos. A Sra. Adriana  
88 Saad repetiu que a intenção das Associações era de se inscreverem no Comitê, porém,  
89 como não poderiam, conforme explicado pelo Sr. Eduardo Pimenta, pediram que  
90 encontrasse uma forma em que pudessem participar do Comitê nesse meio tempo. Por  
91 esse motivo, a CT Pesca optou pela criação de um GT. A Sra. Dalva Mansur ponderou  
92 que não era necessária a criação de um GT, haja vista que já existia uma instância que  
93 tinha como competência discutir justamente tais assuntos. Além disso, as instâncias do  
94 Comitê não poderiam ser compostas por instituições que não eram inscritas no mesmo.  
95 O Sr. Arnaldo Villa Nova, da Associação Viva Lagoa, externou que havia instituições  
96 membros do Comitê compondo tal GT. Além do mais, se tratava de uma deliberação da  
97 CT Pesca, e por isso, deveria ser respeitada. A Sra. Dalva Mansur chamou atenção que  
98 na minuta de resolução dizia que a composição do GT seria definida através de

99 indicação pela Associação de Barragem, a qual não era inscrita no Comitê. Diante disso,  
100 a Sra. Adriana Saad sugeriu retificar a minuta de resolução, colocando que os membros  
101 do Comitê que deveriam indicar os representantes para o GT. O Sr. Eduardo Pimenta  
102 ressaltou que o mesmo encaminhamento deveria ser dado à próxima minuta de  
103 Resolução, que trataria da criação do GT de Gancheiros. Em seguida, questionou se a  
104 dúvida do Sr. Fernando Barbosa havia sido esclarecida. O Sr. Fernando Barbosa  
105 afirmou que sim, e questionou se a consultoria ao GT prevista na resolução teria algum  
106 custo ao Comitê. O Sr. Eduardo Pimenta respondeu que havia um enfoque maior no  
107 conhecimento empírico, que deve ser sempre valorizado, mas que também era citada  
108 uma abordagem e um olhar técnico/científico, proporcionando um equilíbrio. Assim,  
109 não era possível responder, naquele momento, se seria necessária a contratação de uma  
110 consultoria, uma vez que existe um corpo técnico qualificado atuante no Comitê, que  
111 poderia dar suporte ao GT, caso necessário. Sem mais contribuições por parte dos  
112 membros, a minuta de resolução foi aprovada com a alteração sugerida pela Sra.  
113 Adriana Saad. Prosseguiu-se para aprovação da minuta de Resolução que “Cria o Grupo  
114 de Trabalho de Gancheiros da Laguna de Araruama no âmbito da Câmara Técnica de  
115 Pesca e Aquicultura”. O Sr. Eduardo Pimenta reiterou que fossem realizadas as  
116 alterações conforme realizado na Resolução aprovada anteriormente, haja vista que  
117 ambas usufruíam da mesma contextualização. Logo após, solicitou que os membros  
118 presentes se manifestassem quanto aprovação da mesma. Não havendo manifestações  
119 contrárias, a Resolução foi aprovada com a alteração. Seguiu-se para aprovação da  
120 minuta de Resolução que “Aprova recursos financeiros do CBHLSJ no montante  
121 máximo de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para Contratação de Serviço de Pessoa  
122 Jurídica para Realização de Locação Georreferenciada das Margens do Rio Una e de  
123 seus Afluentes - Região Hidrográfica VI”. O Sr. Eduardo Pimenta introduziu a temática,  
124 comentando sobre a relevância do projeto para a região. Ao final da leitura da minuta de  
125 resolução, a Sra. Dalva Mansur solicitou que fosse acrescentado que a locação  
126 georreferenciada será realizada em sítios e fazendas das Margens do Rio Una. Depois,  
127 elucidou que o objetivo do projeto era demarcar o limite de cada propriedade, a fim de  
128 facilitar a identificação dos responsáveis pelo desmatamento da vegetação das margens  
129 do rio. O Sr. Mário Flávio, da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, sugeriu  
130 substituir o termo “sítios e fazendas” para “propriedades”, para evitar a restrição de  
131 modalidade do levantamento, sendo ratificada pelo Sr. Eduardo Pimenta e Sra. Dalva  
132 Mansur. Não havendo manifestações contrárias, a Resolução foi aprovada com as  
133 alterações. Posteriormente, foi destacada a colocação do Sr. Marcos Vargas, da  
134 Prefeitura Municipal de Cabo Frio, via *chat*, solicitando que nos casos em que houvesse  
135 aprovação de resolução disponibilizando recurso para um determinado projeto, fossem  
136 disponibilizados previamente, juntamente com essas Resoluções, seus respectivos  
137 escopos com as informações específicas do projeto, para que os membros possam  
138 avaliar melhor as propostas de uso do recurso. A Sra. Adriana Saad corroborou a fala do  
139 Sr. Marcos Vargas, e externou que nas próximas resoluções serão incluídas as  
140 informações básicas do projeto. Avançou-se para aprovação da minuta de Resolução  
141 que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros no montante de R\$ 350.000,00  
142 (trezentos e cinquenta mil reais), para Projeto de Reflorestamento em área da nascente  
143 da Bacia do Rio São João”. O Sr. Eduardo Pimenta comentou sobre a recente  
144 publicação do material didático do projeto de educação ambiental “Revivendo Águas  
145 Claras”, voltado para a restauração da vegetação das margens dos corpos hídricos da  
146 Bacia do Rio São João, inclusive da lagoa de Juturnaíba. Acrescentou que a elaboração  
147 do material contou com a colaboração da Sra. Dalva Mansur e do Sr. Arnaldo Villa

148 Nova, como redatores, e da equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Lagos São João  
149 – CILSJ, como revisores. O Sr. Jorge Mello, da ALA, destacou que durante a expedição  
150 realizada na Bacia do Rio São João, em 2010, foi observado que a área do projeto em  
151 questão, na época, era desmatada com a finalidade de produção de carvão. Diante disso,  
152 sugeriu o monitoramento dessa região, através de *drones* ou de outra forma que fosse  
153 considerada mais efetiva. A Sra. Dalva Mansur expressou que as prefeituras que  
154 tivessem interesse no material didático do projeto Revivendo Águas Claras deveriam  
155 entrar em contato com a mesma para organizar uma oficina para a entrega do material  
156 aos professores do município. A Sra. Adriana Saad ressaltou que havia um saldo  
157 remanescente de R\$ 366.605,51 (trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinco reais  
158 e cinquenta e um centavos) disponível para aplicação em outros projetos de  
159 reflorestamento na Bacia do Rio São João, e que a Câmara Técnica de Restauração  
160 Florestal, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável estava aberta a novas propostas de  
161 áreas, desde que com o consentimento do dono da respectiva propriedade. O Sr. Jorge  
162 Mello salientou que havia áreas compreendidas no Médio São João e no Baixo São João  
163 que necessitavam de restauração florestal. Sem mais contribuições por parte dos  
164 membros, a Resolução foi colocada para aprovação. A mesma foi aprovada, sem  
165 ressalvas. Seguiu-se, então, para aprovação da minuta de Resolução que “Aprova a  
166 execução do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água dos Corpos Hídricos  
167 da RH VI, no montante de R\$ 615.302,88 (seiscentos e quinze mil trezentos e dois reais  
168 e oitenta e oito centavos)”. A Sra. Adriana Saad explicou que os valores do Programa  
169 eram os mesmos que foram aprovados pela Plenária, em 2019 e 2020, para estudos de  
170 monitoramento em diversos corpos hídricos da Região Hidrográfica VI – RH VI, sendo  
171 estes apenas somados para uma contratação conjunta. Os respectivos escopos desses  
172 projetos foram amplamente discutidos, à época, na Câmara Técnica de Monitoramento  
173 das Águas das Bacias – CT Monitoramento, escopos esses que viabilizaram o repasse  
174 dos recursos, através do Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Tais estudos não  
175 consistiam apenas em análises de laboratório, mas em toda a logística necessária para  
176 sua execução, como idas a campo, coletas, etc. Sendo assim, na ocasião, não estava  
177 sendo discutida a aprovação de recursos ou os valores destinados, mas sim o método  
178 para viabilização da licitação, conforme orientação dada pelo INEA e pela Assessoria  
179 Jurídica do CILSJ. Tendo em vista que, na fase de licitação, os orçamentos obtidos  
180 foram acima do valor disponibilizado individualmente, bem como falta de interesse por  
181 parte das empresas consultadas em realizar os diversos pequenos projetos,  
182 inviabilizando a licitação de forma individualizada. Deste modo, era necessária uma  
183 resolução ajuntando todos os recursos, viabilizando a realização de licitação única.  
184 Destacou que, contudo, no Termo de Referência seria discriminado quais os parâmetros  
185 e condições para as análises por ambiente, conforme os corpos hídricos e discussões  
186 alinhadas anteriormente com o Comitê, e considerando as ideias colocadas à época da  
187 aprovação das resoluções que foram reunidas. A Sra. Margoth Cardoso, da OAB/Iguaba  
188 Grande, opinou que as quantidades de análises a serem feitas eram insuficientes e o  
189 valor aplicado muito alto. Sendo assim, sugeriu que fossem analisados, além dos  
190 parâmetros contemplados no escopo, outros parâmetros prejudiciais à saúde,  
191 principalmente o agrotóxico. Logo após, destacou a fala da Sra. Adriana Saad, feita em  
192 reunião pretérita da Câmara Técnica Institucional Legal – CTIL, sobre a dificuldade de  
193 contratação do serviço no momento da licitação. Atentou que nas resoluções de cada  
194 projeto não havia informações específicas dos mesmos e, por isso, solicitou o acesso aos  
195 editais das licitações realizadas para obter os dados. A Sra. Adriana Saad reiterou que o  
196 recurso disponibilizado é para a contratação do serviço baseado nos escopos existentes e

197 que este documento foi anexado à resolução em voga. No entanto, caso haja alteração  
198 no conteúdo desse escopo, será necessário alterar a resolução e refazer todo o processo,  
199 gerando um retrabalho. Completou que o recurso já estava na conta do Comitê e  
200 precisava ser aplicado, considerando-se a meta de desembolso do Contrato de Gestão  
201 era de, minimamente, 70% (setenta por cento). Caso contrário, o CILSJ corria o risco de  
202 perder o Contrato do CBHLSJ. Por fim, informou que havia previsão de recurso para  
203 2021 e que o Comitê poderia propor à CT Monitoramento outros tipos de estudos, como  
204 de análise de agrotóxicos na água. A Sra. Dalva Mansur exprimiu que os estudos  
205 contemplavam as exigências estabelecidas pelas Resoluções CONAMA n° 357/2005 e  
206 430/2011. Pontuou que a demanda de propor novos tipos de estudos deveria ser  
207 discutida em outro momento, na CT competente. Além disso, colocou que a alteração  
208 do projeto atual seria uma falta de consideração ao trabalho já feito pelos membros  
209 anteriormente. O Sr. Arnaldo Villa Nova ratificou a fala da Sra. Dalva Mansur,  
210 acrescentando que o Rio São João estava sem monitoramento desde, no mínimo, 2014.  
211 Por esse motivo, havia urgência na retomada do trabalho, para conhecer o panorama  
212 atual deste corpo hídrico. Sugeriu, também, que a Sra. Margoth Cardoso participasse  
213 das reuniões da CT Monitoramento para entender o processo e trazer suas contribuições.  
214 A Sra. Margoth Cardoso explanou que não compreendia a dificuldade de acrescentar  
215 novos parâmetros, uma vez que era só reescrever o projeto, e que não se furtaria à  
216 presença nas reuniões da CT Monitoramento para contribuir. Continuou, expressando  
217 que não era a favor da aprovação da resolução, visto que havia muitas questões, ainda, a  
218 serem analisadas. Sendo assim, entendia que o trabalho deveria ser revisto para que  
219 pudesse ser feito um projeto que atendesse as necessidades efetivamente. E que, apesar  
220 do agrotóxico não ser uma exigência como parâmetro, não significava que ele deveria  
221 ficar de fora, tendo em vista seus efeitos negativos à saúde. A Sra. Adriana Saad  
222 informou que todos os processos estavam disponíveis para consulta na sede do CILSJ. E  
223 que, caso desejassem, poderiam ir até o local para consultá-los e conhecer os  
224 procedimentos adotados, também. Aproveitou para ressaltar que, anteriormente, ao  
225 utilizar o termo “licitação”, se referia à solicitação de Propostas Comerciais para  
226 levantamento de preços, considerando que este se trata de uma etapa do processo de  
227 licitação. A Sra. Margoth Cardoso afirmou que marcaria uma visita à sede do CILSJ  
228 para ter acesso aos documentos em questão. O Sr. Arnaldo Villa Nova exprimiu que  
229 reconhecia a importância do monitoramento dos agrotóxicos e, como coordenador da  
230 CT Monitoramento, era extremamente favorável a isso. Contudo, como isso poderia ser  
231 feito em outro momento, sugeriu dar prosseguimento no programa da forma que estava,  
232 pois o mesmo já atendia a uma demanda urgente do Comitê. O Sr. Jorge Mello  
233 comentou sobre a urgência do monitoramento na bacia do Rio São João para apurar as  
234 problemáticas decorrentes dos despejos irregulares de resíduos em diversos corpos  
235 hídricos da bacia. A Sra. Dalva Mansur explanou que, em consulta a pesquisas, era  
236 possível observar o comportamento de um determinado objeto de estudo através de  
237 indicadores. No caso do agrotóxico poderia ser observado seu comportamento, através  
238 do comportamento de determinados parâmetros, como DBO e fósforo. A Sra. Margoth  
239 Cardoso reafirmou seu posicionamento de que o montante disponibilizado poderia  
240 contemplar um estudo maior, e que o fato do reservatório estar desde 2014 sem  
241 monitoramento é um erro grave, embora entenda que as Concessionárias permaneceram  
242 fazendo as análises nesse período. Continuou, expressando que acreditava que a Sra.  
243 Dalva Mansur se equivocou em sua última fala, contudo, passaria a palavra para o Sr.  
244 Márcio Cardoso para esclarecer melhor, visto que o mesmo possui conhecimento  
245 técnico sobre o assunto. O Sr. Márcio Cardoso, da OAB/Iguaba Grande, ponderou que a

246 colocação da Sra. Dalva Mansur não estava condizente com o que a química e as boas  
247 praticas de engenharia determinam, uma vez que os parâmetros citados não têm relação  
248 direta com a presença de agrotóxico. Justificou que o fato da água não estar  
249 contaminada com material orgânico não significa que ela não possa estar contaminada  
250 com agrotóxico. Concluiu, ratificando que o monitoramento dos reservatórios deveria  
251 ser feito pelas Concessionárias, e que o escopo do programa deveria ser mais abrangente  
252 e contemplar uma maior quantidade de análises. O Sr. Eduardo Pimenta reforçou o  
253 motivo pelo qual o programa apresentou tal valor. Em seguida, sugeriu que fosse criada  
254 uma rubrica no Plano Plurianual de Investimentos do CBHLSJ para abranger o  
255 monitoramento de agrotóxicos. O Sr. Arnaldo Villa Nova manifestou interesse na  
256 participação do Sr. Márcio Cardoso na CT Monitoramento, para que o mesmo pudesse  
257 contribuir com os seus conhecimentos. Completou que o monitoramento realizado pelo  
258 Comitê abrange diversos corpos hídricos da bacia do Rio São João e, tendo como base  
259 em experiências passadas, o valor estava compatível com as necessidades do projeto.  
260 Completou que apenas o Reservatório de Juturnaíba era monitorado pelas  
261 Concessionárias. Comentou que, inclusive, todo o trabalho feito é distribuído aos  
262 membros da CT monitoramento. Por fim, externou que não era contra a inclusão de  
263 agrotóxicos no projeto atual, entretanto, se isso fosse impactar na celeridade da  
264 execução do serviço, preferia que fosse feito em outro processo. O Sr. Eduardo Pimenta  
265 complementou que houve um retardo no andamento dos processos devido à demora do  
266 entendimento da nova gestão do CILSJ sobre o funcionamento do Comitê. No entanto,  
267 já se encontravam no final do ano e precisavam executar no mínimo 70% (setenta por  
268 cento) do recurso repassado, com toda responsabilidade e segurança jurídica. E que  
269 qualquer atraso a mais comprometeria a avaliação do CILSJ frente aos órgãos  
270 avaliadores, correndo o risco de perder o direito de desempenhar a função de Entidade  
271 Delegatária do CBHLSJ. Concluiu, reiterando a sua sugestão feita anteriormente. A Sra.  
272 Margoth Cardoso sugeriu adiar a aprovação da Resolução para a próxima reunião  
273 ordinária da Plenária, prevista para ocorrer no dia 24 de agosto de 2021. Nesse interim,  
274 seria verificada junto ao jurídico a possibilidade de inclusão do agrotóxico no programa  
275 atual. Diante do exposto, foi aberta a votação das propostas apresentadas, sendo estas:  
276 Proposta do Sr. Eduardo Pimenta – aprovação da presente resolução e construção de  
277 novo projeto/rubrica para abranger a análise de agrotóxicos; Proposta da Sra. Margoth  
278 Cardoso – aguardar próxima Plenária, visando à inclusão da análise de agrotóxicos no  
279 presente escopo. Os seguintes representantes se manifestaram a favor da proposta do Sr.  
280 Eduardo Pimenta: Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Dalva Mansur  
281 (IPEDS); Fernando Barbosa (CNA); Keila Ferreira (PMAC); Leandro Coutinho (Col.  
282 Z-29); Michele Maria (AMEAS); Ricardo Guadagnin (FIRJAN); Eduardo Pimenta  
283 (UVA); Jorge Ferreira (SEDEC); Nathália Bragança (CAJ); João Paulo Arruda (PMIG).  
284 Já, os seguintes representantes se manifestaram a favor da proposta da Sra. Margoth:  
285 Rafaela Siqueira (Associação Raízes); Margoth Cardoso (OAB/Iguaba Grande). Os  
286 demais membros presentes se abstiveram da votação. Sendo assim, a proposta do Sr.  
287 Eduardo Pimenta foi aprovada pela maioria dos votos. Durante a votação a Sra. Dalva  
288 Mansur se colocou de forma desrespeitosa perante o posicionamento da Sra. Margoth,  
289 sendo solicitado pelos membros que tal ato constasse em ata. Posteriormente, a Sra.  
290 Sandra Bárbara, do IPEDS, comentou que o “VISISOLO” é um programa que monitora as  
291 áreas propensas à contaminação prejudiciais à saúde, e que tal programa poderia ajudar  
292 no monitoramento das bacias hidrográficas, realizados pelo Comitê. Solicitou, então,  
293 que os representantes das prefeituras respondessem se o seu município faz esse  
294 monitoramento. O Sr. Eduardo Pimenta sugeriu que o assunto fosse abordado em uma

295 próxima reunião, para que os representantes das prefeituras tivessem tempo hábil para  
296 levantar a informação. Dando prosseguimento, abordou-se aprovação da minuta de  
297 Resolução que “Aprova a disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ para o  
298 aluguel de sala para utilização como sede do Comitê”. O Sr. Eduardo Pimenta  
299 contextualizou que, apesar da boa vontade das prefeituras na cessão do espaço,  
300 atualmente, a sede do Comitê situava-se em um local de difícil acesso, baixa  
301 visibilidade e com espaço reduzido. Pontuou que, inclusive, a sala utilizada para a  
302 guarda dos arquivos do Comitê, no Horto Escola Artesanal, foi solicitada e teve que ser  
303 devolvida. Portanto, a proposta possibilita a oportunidade, dentro do que se tem de  
304 estabilidade jurídica e financeira, de utilizar recurso para alugar um espaço que abrigará  
305 a nova sede. A Sra. Dalva Mansur completou que tal ação reduziria os gastos com  
306 aluguel de espaços para realização de eventos do Comitê. Além disso, já teria um local  
307 para o escritório de projetos do CBHLSJ, caso fosse implantado. O Sr. Eduardo Pimenta  
308 sugeriu retirar a restrição de a sede ser localizada, obrigatoriamente, no município de  
309 São Pedro da Aldeia, tornando-a mais abrangente. O Sr. Arnaldo Villa Nova questionou  
310 se havia previsão orçamentária para garantir a sede, haja vista que em situações  
311 passadas o Comitê ficou sem sede, ficando a mercê da boa vontade das prefeituras em  
312 ceder espaço. Temi que, se abrissem mão do espaço atual, haveria o risco de perdê-lo e,  
313 possivelmente, no futuro, ficar sem nenhuma opção de espaço para trabalhar. Assim,  
314 sugeriu que a equipe do CILSJ continuasse trabalhando na instalação atual e que apenas  
315 a equipe do Comitê fosse para a nova sede. A Sra. Dalva Mansur ressaltou que o  
316 recurso da rubrica “Ações de Diretoria” estava disponível e que, caso não fosse  
317 utilizado, retornaria para o INEA, por isso a sugestão de utilizá-lo para custear o  
318 aluguel. A Sra. Adriana Saad comentou que o INEA começará a repassar o recurso do  
319 Comitê direto para a Entidade Delegatária, melhorando a segurança financeira do  
320 Comitê. Com relação à rubrica citada, era previsto, anualmente, o montante de R\$  
321 140.000.000 (cento e quarenta mil reais) e que, de fato, estava disponível para  
322 aplicação. Informou que o recurso que seria utilizado para contratação de garagem  
323 náutica para armazenagem da embarcação adquirida pelo Comitê que, inicialmente,  
324 seria aportada dessa rubrica, não será utilizado. Justificando que uma empresa  
325 manifestou interesse em doar o espaço, gratuitamente. A Sra. Jéssica Berbat salientou  
326 que, segundo o Artigo 3º do Regimento Interno do CBHLSJ, a sede do Comitê deverá  
327 ficar situada em São Pedro da Aldeia, nas dependências do CILSJ. Por essa razão, não  
328 seria possível fazer a alteração solicitada pelo Sr. Eduardo Pimenta. Não havendo mais  
329 manifestações por parte dos membros, a resolução foi aprovada pela maioria dos  
330 membros presentes. Avançou-se para a nova eleição para a Diretoria do Subcomitê do  
331 Rio São João. A Sra. Adriana Saad esclareceu que, durante o Fórum Eleitoral do  
332 CBHLSJ, o Sr. Rafael Badia, representante da Prefeitura de Silva Jardim, foi eleito o  
333 diretor do Subcomitê do Rio São João. No entanto, como o mesmo não possui mais  
334 vínculo com o órgão, não poderia continuar ocupando o cargo. Em resposta a um ofício  
335 enviado pelo CILSJ, a Prefeitura informou que não tinha interesse em tomar posse do  
336 cargo. Sendo assim, com o consentimento da Diretoria Colegiada do CBHLSJ, o Sr.  
337 Murilo Balbino, da Prefeitura de Rio Bonito, manifestou interesse em assumir a função.  
338 Porém, era necessário que a Plenária homologasse sua posse, através de votação. O Sr.  
339 Eduardo Pimenta e o Sr. Murilo Balbino externaram a importância da representatividade  
340 da Prefeitura junto ao Comitê, devido ser um dos municípios que abrange parte do  
341 manancial responsável pelo abastecimento de água de uma parcela da população da RH-  
342 VI. Não havendo manifestações contrárias, o Sr. Murilo Balbino foi eleito a novo  
343 Diretor do Subcomitê. Seguiu-se para o informe sobre a Diretoria do Subcomitê Lagoa

344 de Araruama. O Sr. Eduardo Pimenta explanou que o Sr. Mário Flávio, atual diretor da  
345 instância, migrou da Secretária de Meio Ambiente de Cabo Frio para a Prefeitura  
346 Municipal de São Pedro da Aldeia. Tendo em vista que o cargo pertence à Prefeitura  
347 Municipal de Cabo Frio e que, por isso, o mesmo não poderia continuar no cargo, foi  
348 informado que o Sr. Marcos Felipe Vargas assumiria a função. O Sr. Marcos Felipe  
349 Vargas comentou que foi avisado sobre a representação da Prefeitura frente ao Comitê,  
350 contudo, não sabia que assumiria a direção, também. Expressou que se sentiria honrado  
351 em assumir o cargo, caso a indicação se mantiver. De toda forma, iria verificar a  
352 informação internamente. O Sr. Eduardo Pimenta relatou os desafios que o novo Diretor  
353 do Subcomitê da Lagoa de Araruama enfrentará, considerando todas as problemáticas  
354 entorno do corpo hídrico. E se colocou a disposição para auxiliar no que fosse  
355 necessário. Sem mais comentários por parte dos presentes, continuou-se para o nono  
356 item de pauta, sobre a “contratação emergencial de analista técnico para apoio de  
357 elaboração de Termo de Referência – TR”. O Sr. Eduardo Pimenta elucidou que, por  
358 conta do volume de projetos e atraso nos processos, decorrentes do período de  
359 adaptação do novo Presidente do CILSJ, as demandas estavam acumuladas. E que  
360 estava preocupado com a possibilidade do efetivo atual não conseguir dar conta, em  
361 tempo hábil, para atingir a meta de desembolso mínimo. Em vista disso, a alternativa  
362 era a contratação de um novo analista técnico, com caráter temporário, para dar vazão  
363 ao trabalho acumulado e, assim, conseguir manter o CILSJ como Entidade Delegatária  
364 do CBHLSJ. A Sra. Adriana Saad esclareceu que o pleito originou-se em uma reunião  
365 com INEA, onde ficou evidenciado que, devido ao montante de projetos em todos os  
366 comitês, havia a necessidade de um aumento de quadro por tempo determinado, que  
367 estava previsto dentro do custeio da Delegatária. Não havendo manifestações contrárias,  
368 a proposta foi aprovada. Passando para “Assuntos Gerais”, o Sr. Eduardo Pimenta  
369 destacou a colocação do Sr. Judson da Cruz, da Associação Raízes, via *chat*,  
370 questionando a previsão de data da próxima reunião do Grupo de Trabalho sobre  
371 Transposição. Afirmou que, em virtude dos ruídos e do cenário de conflito criado, de  
372 forma equivocada, entre o CBHLSJ e a Comissão de Meio Ambiente de Armação dos  
373 Búzios, achou por bem adiar as discussões, com o intuito de acalmar os ânimos.  
374 Ressaltou que, posteriormente, as discussões seriam retomadas. A Sra. Adriana Saad  
375 acrescentou que na reunião entre o CILSJ, os poderes concedentes dos municípios, a  
376 PROLAGOS e a AGENERSA, onde foi tratado sobre o andamento da revisão  
377 quinquenal, foi informado sobre o início das obras que são consenso dos cinco  
378 municípios. E, para os municípios que possuem conflitos, a Concessionária pediu um  
379 prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar novas propostas de alternativas dentro da  
380 realidade de cada município. Por isso, era melhor retomar as discussões depois que  
381 tivessem em posse dessas propostas. O Sr. Eduardo Pimenta comentou que ao final da  
382 reunião com a Comissão de Meio Ambiente de Armação de Búzios, saiu-se com a  
383 contextualização de uma transposição sustentável. E, a partir disso e de um diálogo com  
384 a Sra. Margoth, levou à Diretoria Colegiada a proposta de criação de um Grupo de  
385 Trabalho de Saneamento, à parte da Câmara Técnica de Obras Saneamento e Drenagem  
386 – CT Saneamento, para estudar a alternativa de utilização de *Wetlands*, tomando como  
387 exemplo o estudo para o município de Iguaba Grande, elaborado pela Sra. Margoth  
388 Cardoso e pelo Sr. Márcio Cardoso. Contudo, a proposta foi recusada e orientado que o  
389 assunto fosse discutido no âmbito da CT Saneamento. A Sra. Margoth Cardoso  
390 defendeu que a criação de um GT totalmente voltado para essa questão seria o mais  
391 adequado. Em seguida, a mesma e o Sr. Marcio Cardoso ponderaram que a *wetland* é  
392 uma opção sustentável de reaproveitamento de efluentes tratados para os municípios, e



393 não uma opção de transposição sustentável. Citando os estudos que inviabilizaram a  
394 transposição para a bacia do Rio Una, a Sra. Margoth expressou o desejo de  
395 reapresentar o projeto, de forma mais ampla, para o Comitê. O Sr. Eduardo Pimenta  
396 sugeriu reapresentar na CT Saneamento e, posteriormente, na Plenária. O Sr. Marcos  
397 Vargas pontuou que as questões sobre o corpo receptor e a melhoria do sistema de  
398 tratamento de esgoto deveriam ser discutidas em conjunto. O Sr. Eduardo Pimenta  
399 sugeriu que o Sr. Marcos Vargas analisasse os estudos de viabilidade de efetivar a  
400 estação terciária da Praia do Siqueira, em Cabo Frio, para compreender o motivo pelo  
401 qual a concessionária entendia que não era viável. O Sr. Marcos Vargas corroborou a  
402 fala do Sr. Eduardo Pimenta, e manifestou interesse em conhecer o projeto sobre  
403 *wetland*. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu  
404 a participação de todos e finalizou a reunião. Deste modo, eu, Samara M. P. da H.  
405 Barros, sob supervisão de Jéssica Cavalcante Berbat, lavro a presente Ata, para que,  
406 depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São  
407 João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João,  
408 produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 30 de Novembro de 2021.



**EDUARDO GOMES PIMENTA**  
Presidente do CBH Lagos São João